

Oportunidade que Transforma: Evidências do Impacto Social de um Programa de Estágio Público

Transformative Opportunity: Evidence of the Social Impact of a Public Sector Internship Program

Emmanuelle Nogueira de Medeiros Trindade¹

Lionaldo dos Santos²

Rose Cristine da Silva Leite Damas³

Resumo:

A modernização da administração pública demanda iniciativas que conciliem eficiência institucional, desenvolvimento de competências e promoção da equidade social. Nesse contexto, programas de estágio no setor público assumem papel estratégico ao contribuir para o fortalecimento da capacidade organizacional e para a formação de novos talentos, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade. O presente artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas para a promoção de uma gestão pública eficiente e sustentável, com ênfase no desenvolvimento de competências, na inclusão social e na geração de valor público. Trata-se de um estudo de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e caráter descritivo, estruturado como estudo de caso. A pesquisa foi fundamentada na análise documental e na sistematização de dados administrativos do programa, implementado em 2021 e atualmente consolidado. Foram utilizados indicadores de acesso e inclusão social, tais como o percentual de estagiários oriundos de escolas públicas, o percentual de estudantes inscritos no Cadastro Único, a participação de pessoas com deficiência, além da caracterização do perfil socioeconômico e da distribuição por gênero e raça/cor. Os resultados evidenciam relevante impacto social e institucional. No período analisado, o programa contabilizou 1.334 estudantes contratados, dos quais 62% são oriundos de escolas públicas e 37% estão inscritos no Cadastro Único ou são pessoas com deficiência. Observou-se predominância do gênero feminino e significativa participação de estudantes autodeclarados pardos, indicando alcance junto a diferentes grupos sociais. Os achados demonstram que o programa contribui para a ampliação de oportunidades de inserção profissional e para o fortalecimento da equidade na administração pública, embora ainda existam desafios relacionados ao monitoramento sistemático e ao aperfeiçoamento contínuo.

Palavras-chave:

Gestão pública; Gestão Eficiente; Inclusão social; Programa de estágio

¹ SEPLAG, Superintendente da Escola de Governo de Alagoas, emmanuelle.medeiros@seplag.al.gov.br

² SEPLAG, Assessor, lionaldo.santos@seplag.al.gov.br

³ SEPLAG, Relações Públicas, rose.damas@seplag.al.gov.br

Abstract:

The modernization of public administration requires initiatives that balance institutional efficiency, competency development, and the promotion of social equity. In this context, public sector internship programs play a strategic role by contributing to the strengthening of organizational capacity and the development of new talent, particularly among vulnerable youth. This article aims to analyze the contribution of the Internship Program of the Secretariat of Planning, Management, and Assets of the State of Alagoas to the promotion of efficient and sustainable public management, emphasizing competency development, social inclusion, and the generation of public value. This is an applied study with a descriptive, mixed-methods (qualitative-quantitative) approach, structured as a case study. The research was based on document analysis and the systematization of administrative data from the program, which was implemented in 2021 and is now well-established. Indicators regarding access and social inclusion were used—such as the percentage of interns from public schools, the percentage of students registered in the *Cadastro Único* (Unified Registry for Social Programs), and the participation of people with disabilities—alongside an analysis of socioeconomic profiles and the distribution by gender and race/ethnicity. The results demonstrate a significant social and institutional impact. During the analyzed period, the program engaged 1,334 students; 62% came from public schools, and 37% were registered in the *Cadastro Único* or were persons with disabilities. A predominance of female participants and significant participation of students self-identifying as *pardo* (mixed-race) were observed, indicating the program's reach across diverse social groups. The findings show that the program contributes to expanding professional entry opportunities and strengthening equity in public administration, although challenges regarding systematic monitoring and continuous improvement remain.

Keywords:

Public management; Efficient management; Social inclusion; Internship program

1. Introdução

A administração pública contemporânea enfrenta o desafio de entregar serviços mais eficientes, inovadores e responsivos às demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que precisa promover inclusão social e ampliar oportunidades para diferentes grupos populacionais. Nesse cenário, políticas de gestão de pessoas voltadas à formação de talentos e ao fortalecimento de capacidades institucionais tornam-se instrumentos relevantes para impulsionar a modernização do Estado e gerar valor público.

Entre essas iniciativas, os programas de estágio no setor público assumem papel estratégico ao possibilitar a aproximação entre estudantes e a realidade da gestão governamental, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, além de contribuir para a renovação das organizações públicas. Para os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o estágio representa uma oportunidade concreta de inserção profissional, geração de renda, ampliação de perspectivas de carreira e construção de trajetórias mais promissoras.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais no acesso ao

mercado de trabalho e à formação profissional, experiências de estágio com foco inclusivo podem produzir impactos relevantes tanto no plano social quanto institucional. Ao incorporar critérios que favoreçam estudantes oriundos de escolas públicas, inscritos em programas sociais e pessoas com deficiência, essas iniciativas contribuem para a democratização do acesso às oportunidades e para a promoção da diversidade no ambiente público.

É nesse contexto que se insere o Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas, implementado em 2021 e atualmente consolidado como política de desenvolvimento institucional e inclusão social. O programa alia a oferta de experiências práticas no serviço público à ampliação do acesso de jovens historicamente sub-representados, fortalecendo simultaneamente a capacidade administrativa do Estado e a formação cidadã dos participantes.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as evidências do impacto social do referido programa, com ênfase em sua contribuição para a promoção de uma gestão pública eficiente e sustentável, o desenvolvimento de competências e a ampliação da equidade social. A partir de indicadores de acesso, perfil dos participantes e resultados alcançados, busca-se demonstrar como oportunidades estruturadas no setor público podem transformar trajetórias individuais e gerar benefícios coletivos duradouros.

2. Objetivos

Analisar as evidências do impacto social do Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas, destacando sua contribuição para a promoção da inclusão social, do desenvolvimento de competências e do fortalecimento de uma gestão pública eficiente e sustentável.

- Examinar o perfil socioeconômico dos estudantes participantes do programa, considerando critérios como origem escolar, gênero, raça/cor e condição de vulnerabilidade social.
- Avaliar a contribuição do programa para a ampliação do acesso de jovens ao estágio no setor público, especialmente daqueles historicamente sub-representados.
- Identificar os impactos do programa no desenvolvimento de competências profissionais e na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho.
- Analisar os benefícios institucionais gerados pelo programa para a administração pública estadual.
- Apontar desafios e oportunidades de aperfeiçoamento relacionados ao monitoramento, à gestão e à sustentabilidade da iniciativa.

3. Referencial Teórico

3.1 Modernização da Administração Pública e Geração de Valor Público

A administração pública contemporânea tem sido desafiada a adotar modelos de gestão mais eficientes, inovadores e orientados para resultados. Em substituição a práticas excessivamente burocráticas e centradas apenas no cumprimento de normas, consolida-se uma abordagem voltada à entrega de valor à sociedade, com

foco na qualidade dos serviços públicos, na transparência e na capacidade de resposta às demandas coletivas.

Nesse contexto, destaca-se o conceito de valor público, segundo o qual a atuação estatal deve ser avaliada pela capacidade de produzir benefícios concretos para os cidadãos. Assim, políticas institucionais que promovam desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento organizacional representam instrumentos relevantes para ampliar a legitimidade do Estado e aprimorar o desempenho governamental.

A valorização das pessoas, especialmente por meio de políticas de desenvolvimento de talentos e formação profissional, torna-se elemento central nesse processo. Investir em capital humano no setor público significa fortalecer capacidades institucionais e criar condições para uma gestão mais sustentável, inovadora e orientada ao interesse público.

A modernização da administração pública tem sido objeto de debate à medida que crescem as exigências por maior eficiência, transparência e capacidade de resposta do Estado. Esse processo não se resume à incorporação de tecnologias, mas envolve mudanças institucionais mais amplas, relacionadas à forma como as políticas são planejadas, executadas e avaliadas. Ao longo do tempo, observa-se uma transição de modelos burocráticos mais rígidos para abordagens que buscam maior flexibilidade e foco em resultados, o que abre espaço para a incorporação do conceito de geração de valor público.

Nesse campo, destaca-se a contribuição de Mark H. Moore (1995), que propõe que a atuação do gestor público deve estar orientada à criação de valor para a sociedade. Para o autor, não basta garantir eficiência administrativa, sendo necessário produzir resultados que tenham relevância social e sejam reconhecidos como legítimos pelos cidadãos. Dessa forma, a noção de valor público amplia o entendimento tradicional de desempenho governamental, incorporando dimensões como confiança institucional e impacto social.

Essa perspectiva dialoga com a evolução dos modelos de gestão pública. A chamada Nova Gestão Pública trouxe avanços ao enfatizar eficiência, controle de desempenho e uso de práticas gerenciais inspiradas no setor privado. No entanto, conforme aponta a Organisation for Economic Co-operation and Development (2019), esse modelo apresenta limitações diante de problemas complexos, que exigem maior coordenação entre atores e foco no cidadão. Assim, abordagens mais recentes passam a valorizar a governança colaborativa e a inovação no setor público.

Nesse sentido, a modernização da administração pública passa a ser entendida como um processo mais abrangente, que inclui tanto melhorias operacionais quanto a capacidade de gerar valor público de forma consistente. De acordo com o World Bank (2020), governos mais eficazes são aqueles que conseguem integrar tecnologia, dados e participação social na formulação de políticas, tornando as decisões mais informadas e alinhadas às necessidades da população.

No Brasil, esse processo ocorre de maneira gradual, com avanços e limitações. Iniciativas voltadas à transparência, à digitalização de serviços e ao fortalecimento da governança indicam uma tentativa de alinhar a gestão pública a essas novas

demandas. Instituições como a Controladoria-Geral da União (2021) e o Tribunal de Contas da União (2020) têm desempenhado papel relevante ao promover diretrizes e instrumentos que contribuem para uma administração mais orientada a resultados e ao controle social.

Apesar desses avanços, a geração de valor público não depende apenas de ferramentas ou estruturas formais. Conforme destaca o Inter-American Development Bank (2018), fatores como coordenação institucional, qualidade da liderança e engajamento da sociedade influenciam diretamente os resultados das políticas públicas. Isso evidencia que a modernização é um processo contínuo, que exige adaptação às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas.

Outro aspecto relevante nesse debate é o papel da transformação digital. O uso de tecnologias da informação tem ampliado a capacidade do Estado de oferecer serviços mais ágeis e acessíveis. Contudo, conforme ressalta a United Nations (2022), é fundamental que esse processo seja acompanhado por políticas que garantam inclusão digital e proteção de dados, evitando a ampliação de desigualdades.

Dessa forma, a relação entre modernização da administração pública e geração de valor público pode ser compreendida como complementar. Enquanto a modernização fornece os meios, por meio da inovação, da tecnologia e de novos arranjos institucionais, a geração de valor público representa o objetivo final, traduzido em benefícios concretos para a sociedade. A articulação entre esses elementos tende a fortalecer a capacidade do Estado de atuar de forma mais eficiente, legítima e orientada ao interesse coletivo.

3.2 Programas de Estágio, Desenvolvimento de Competências e o Papel da Escola de Governo

As Escolas de Governo exercem função estratégica no fortalecimento da administração pública, especialmente no que se refere à formação continuada, ao desenvolvimento de competências e à disseminação de práticas inovadoras no setor público. Mais do que espaços de capacitação, essas instituições atuam como indutoras da modernização estatal, promovendo iniciativas voltadas à qualificação de servidores, lideranças e novos talentos.

Nesse contexto, os programas de estágio configuram-se como importantes instrumentos de aproximação entre estudantes e a realidade governamental, contribuindo para a formação profissional e para a renovação institucional. Quando articulados por Escolas de Governo, tais programas ampliam seu potencial estratégico, ao integrar aprendizagem prática, desenvolvimento de competências e alinhamento com as necessidades da gestão pública contemporânea.

No Brasil, o estágio é regulamentado pela Lei nº 11.788/2008, sendo definido como ato educativo supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho, destinado à preparação para o exercício profissional. Sua relevância reside na possibilidade de conectar teoria e prática, estimular habilidades técnicas e socioemocionais e favorecer a inserção qualificada de jovens no mundo do trabalho.

a efetividade dos programas de estágio depende diretamente da forma como são conduzidos. A simples inserção do estudante no ambiente institucional não garante, por si só, um processo de aprendizagem significativo. Torna-se necessário assegurar acompanhamento adequado, definição de atividades compatíveis com a formação acadêmica e estímulo ao desenvolvimento de habilidades. Nesse sentido, ganha relevância a abordagem por competências, que amplia o foco para além do conhecimento técnico, incorporando também habilidades e atitudes necessárias ao desempenho profissional.

No Brasil, o desenvolvimento de competências no setor público tem sido objeto de iniciativas institucionais, especialmente no âmbito da Escola Nacional de Administração Pública. De acordo com a instituição, a gestão por competências busca alinhar as capacidades dos servidores às necessidades organizacionais, contribuindo para maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos (ENAP, 2021). Essa perspectiva destaca a importância de formar profissionais capazes de mobilizar conhecimentos em situações concretas, o que se torna ainda mais relevante em um contexto de crescente complexidade na gestão pública.

Paralelamente, as escolas de governo assumem um papel estratégico na profissionalização da administração pública. Essas instituições são responsáveis por promover a formação inicial e continuada de servidores, além de fomentar a disseminação de boas práticas e a inovação na gestão. No âmbito federal, a Escola Nacional de Administração Pública tem se destacado na oferta de cursos e programas voltados ao desenvolvimento de competências e à melhoria da gestão pública, contribuindo para a consolidação de uma cultura de aprendizagem contínua (ENAP, 2020).

Além disso, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de pessoas reforçam essa agenda. A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, instituída pelo governo federal, estabelece diretrizes para a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, buscando alinhar o desenvolvimento profissional às necessidades institucionais (BRASIL, 2019). Essa política evidencia a importância de integrar ações de formação, como estágios, capacitações e programas de desenvolvimento, de modo a potencializar seus resultados.

3.3 Inclusão Social, Equidade e Desenvolvimento Sustentável

Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, o acesso ao mercado de trabalho e às oportunidades de qualificação profissional ocorre de forma desigual. Jovens oriundos de escolas públicas, famílias de baixa renda, pessoas com deficiência e grupos racialmente sub-representados tendem a enfrentar maiores barreiras para inserção ocupacional e mobilidade social.

Diante desse cenário, programas públicos de estágio com critérios inclusivos assumem relevante função social ao democratizar oportunidades e ampliar o acesso de segmentos historicamente vulnerabilizados a experiências profissionais qualificadas. Tais iniciativas fortalecem a equidade social e contribuem para a construção de ambientes institucionais mais diversos e representativos.

Além disso, essas ações dialogam com a Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à

educação de qualidade (ODS 4), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e instituições eficazes e inclusivas (ODS 16). Assim, programas de estágio no setor público devem ser compreendidos como instrumentos estratégicos capazes de gerar impactos simultaneamente sociais, econômicos e institucionais.

4. Metodologia

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, por buscar produzir conhecimento orientado à análise e ao aperfeiçoamento de uma política pública de estágio no âmbito da administração estadual. Quanto à abordagem, trata-se de um estudo quali-quantitativo, uma vez que combina a interpretação institucional do programa com a análise de indicadores objetivos relacionados ao perfil dos participantes e aos resultados alcançados.

Em relação aos objetivos, a pesquisa possui caráter descritivo e exploratório, pois busca apresentar as características do Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas, bem como examinar suas contribuições para a inclusão social e para o fortalecimento da gestão pública. Como estratégia metodológica, adotou-se o estudo de caso, considerando-se a análise aprofundada de uma experiência específica implementada no contexto do governo estadual.

Os procedimentos técnicos envolveram pesquisa documental e análise de dados administrativos internos do programa, referentes ao período de sua implementação até a fase atual de consolidação. Foram examinadas bases cadastrais e registros institucionais contendo informações sobre inscrições, admissões e perfil socioeconômico dos estudantes participantes.

Para mensuração do impacto social e do alcance inclusivo da iniciativa, utilizaram-se indicadores como: número total de estudantes inscritos e contratados; percentual de participantes oriundos de escolas públicas; percentual de estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); participação de pessoas com deficiência; além da distribuição por gênero e raça/cor. Tais variáveis permitiram avaliar o grau de democratização do acesso às oportunidades ofertadas pelo programa.

Os dados quantitativos foram sistematizados por meio de estatística descritiva simples, com uso de frequências absolutas e relativas, tabelas e percentuais. Já a análise qualitativa concentrou-se na interpretação dos resultados à luz da literatura sobre gestão pública, inclusão social e desenvolvimento de competências no setor público.

Por se tratar de estudo baseado em dados administrativos agregados, sem identificação individual dos participantes, foram observados os princípios de confidencialidade e uso ético das informações, em conformidade com a legislação vigente aplicável.

5. Resultados

5.1 Descrição do Programa

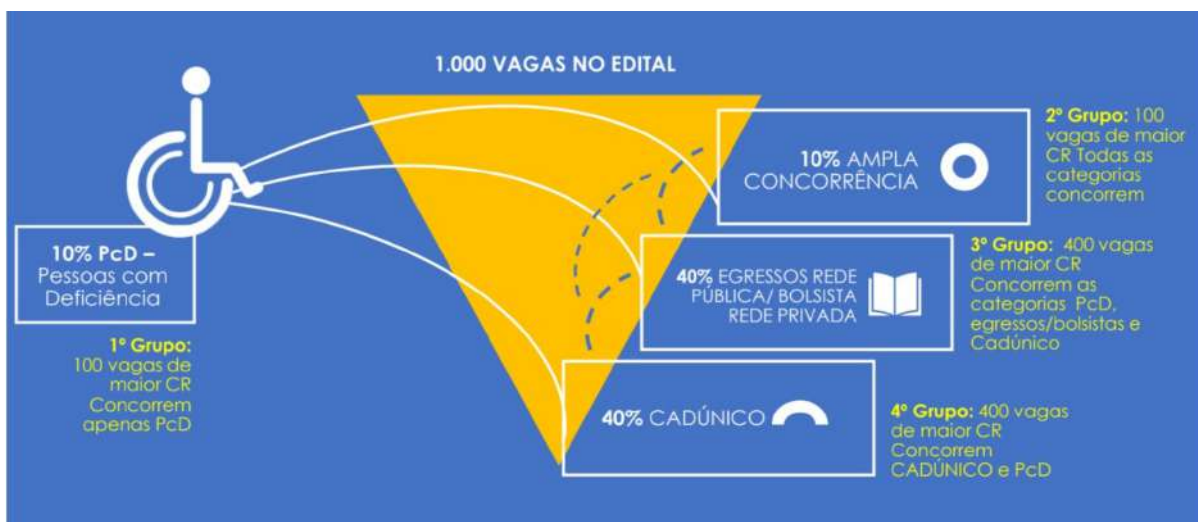
Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas consiste em um programa de seleção de estagiários para o Executivo Estadual. Instituído pelo Decreto Estadual de nº 73.715/2021, alterado pelo Decreto nº 00817/2023, publicado em 18 de março de 2023 e orientado pela Instrução Normativa de nº 02/2021, alterada pela IN nº 05/2023, publicada em 17 de outubro de 2023, dentre seus principais objetivos temos o estabelecimento de uma Política Pública Afirmativa que fortaleça a inclusão social e a diversidade, utilizando da ampla divulgação, da transparência, da padronização dos procedimentos de seleção e da priorização de estudantes alagoanos de ensino superior pertencentes à grupos sociais mais vulneráveis e historicamente excluídos para alcançar diretrizes estabelecidas.

O Programa busca proporcionar dentro do ambiente público o aprendizado e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências em complementação à formação curricular e acadêmica de estudantes do ensino superior. Com foco também em auxiliar a reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos indivíduos de grupos específicos; a prioridade da seleção é para estudantes com deficiência, inscritos no Cadastro Único do Governo Federal, que cursaram o Ensino Médio em escola pública/ou foram bolsistas em escolas particulares. Não menos importante, o Programa busca potencializar a eficiência na gestão do planejamento e dos resultados das contratações de estagiários do Poder Executivo Estadual.

A Política Pública institucionaliza um procedimento de seleção de estágio não obrigatório que aloca estudantes do ensino superior nos órgãos do Poder Executivo Estadual de Alagoas, garantindo experiência profissional e renda. Dessa forma, o Pontapé com todas as diretrizes supracitadas e com seu método de distribuição de vagas, possibilita a mobilidade social das parcelas mais vulneráveis. Ele garante que 90% das vagas sejam disponibilizadas a estas pessoas e proporciona uma mudança significativa na realidade socioeconômica dos estagiários. A distribuição se dá da seguinte maneira:

1. 10% das vagas reservadas para Pessoas com Deficiência
2. 40% das vagas para inscritos no Cadastro Único
3. 40% das vagas para egressos de Escola Pública ou bolsistas integrais em escolas particulares no Ensino Médio
4. 10% das vagas para Ampla Concorrência

Figura 1: Distribuição de vagas.



Quando tratamos de formato de inscrição, é necessário que o jovem esteja matriculado em instituições de ensino superior alagoanas e/ou com sede em Alagoas, e que estejam cursando, presencialmente ou à distância, o segundo ano, no caso de curso de periodicidade anual, ou o terceiro semestre, em caso de curso de periodicidade semestral.

Além do caráter afirmativo, o Programa de Estágio também surge como uma inovação no processo de seleção de vagas de Estágio, dado que centraliza a seleção, a partir de um processo seletivo eletrônico, onde o coeficiente de rendimento acadêmico (CRA), índice que mede o desempenho acadêmico do estudante ao fim de cada período letivo, é utilizado como referencial da seleção (além das prioridades já elencadas, que possuem reserva de vaga). A sistematização e automação do processo garante a impessoalidade nas contratações.

Dentro desse procedimento eletrônico, as vagas são gerenciadas pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio, através de um Sistema de Gestão de Vagas, que realiza a classificação eletrônica dos candidatos, com base nos critérios estabelecidos no Edital.

Por fim, após a contratação, os estagiários são contemplados por uma bolsa estágio no valor de 01 (um) salário mínimo, auxílio transporte e seguro contra acidentes pessoais. Além de seguir os processos de acompanhamento, supervisão e avaliação habituais, conforme a Lei Federal de Estágio de nº 11.788/08, o programa contempla etapas que buscam o desenvolvimento profissional e pessoal do jovem por meio de capacitação para os estagiários, o Programa de Capacitação em Administração Pública de Estagiários, desenvolvido pela Escola de Governo de Alagoas.

5.2 Programa de Capacitação em Administração Pública de Estagiários

Com o intuito de nivelar conhecimentos acerca da Administração Pública, o Programa de Estágio conta com um Programa de Capacitação em Administração Pública de Estagiários. A participação do estagiário na formação tem caráter obrigatório e contempla carga horária mínima de 20 (vinte) horas, com conteúdos que abrangem: (i) Introdução à Administração Pública; (ii) princípios e regras que

disciplinam as atividades desempenhadas pela Administração Pública; (iii) promoção e construção de políticas públicas voltadas à diversidade, equidade e inclusão; e (iv) desenvolvimento de competências socioemocionais.

O Programa de Capacitação ocorre no âmbito da Escola de Governo do Estado de Alagoas e conta com instrutores que são servidores públicos estaduais, valorizando o conhecimento técnico e a experiência prática acumulada na administração pública. Entre 2021 e 2025, a iniciativa apresentou crescimento contínuo e alcance expressivo, com 323 estagiários capacitados em 2021, 634 em 2022, 670 em 2023, 924 em 2024 e 730 em 2025. Esses números evidenciam a consolidação da política formativa e seu papel estratégico no fortalecimento das capacidades institucionais.

É perceptível que tal ação é benéfica aos jovens não apenas sob a perspectiva educacional, mas também porque os estudantes têm a oportunidade de conhecer melhor a estrutura do Poder Executivo Estadual a partir do olhar técnico, vivencial e da trajetória profissional dos próprios servidores alagoanos. Dessa forma, o programa amplia a integração entre formação acadêmica e prática governamental, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a formação cidadã dos participantes.

5.3 Editais já lançados

Com a publicação de sete editais, sendo cinco gerais e dois específicos (educação e indígena), o Programa apresenta números positivos. Os Editais Gerais foram publicados nas datas: 21/05/2021, 23/02/2022, 19/04/2023, 23/08/2024 e 27/06/2025, que se encontra vigente. O Edital Educação em 14/12/2021 e o Edital Indígena.

PontaPé Educação

Foi lançado em janeiro de 2022 o Edital do Programa - Educação, contemplando vagas destinadas à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas - SEDUC, para alocação de estagiários dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física e Nutrição que foram lotados nas unidades escolares do Estado, voltados à atuação do estudante nas unidades escolares de todas as 13 (trezes) Gerências Regionais do Estado, contemplando os 102 (cento e dois) municípios existentes em Alagoas.

Programa de Estágio Indígena

Em 19 de abril de 2023 foi lançado o Primeiro Edital do Programa de Estágio Indígena que atende todas as prerrogativas do edital regular, como valor da bolsa, auxílio transporte, seguro de vida, etc. Também leva em consideração o coeficiente de rendimento acadêmico (CRA), índice que mede o desempenho acadêmico do estudante ao fim de cada período letivo que é utilizado como referencial da seleção. Esse edital se diferencia porque é exclusivo para alunos matriculados no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), que é um curso específico para comunidade indígena e esses alunos indígenas irão estagiar nas escolas indígenas de sua respectiva comunidade.

5.4 O Programa de Estágio da SEPLAG/AL como instrumento de gestão pública eficiente e sustentável

O presente artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas (SEPLAG/AL) para a promoção de uma gestão pública eficiente e sustentável, com ênfase no desenvolvimento de competências, na inclusão social e na geração de valor público. A partir dos dados institucionais disponibilizados no painel de acompanhamento do programa, observa-se que a iniciativa se consolida como importante estratégia de fortalecimento da administração pública estadual, ao mesmo tempo em que amplia oportunidades formativas para estudantes alagoanos.

Sob a perspectiva da eficiência administrativa, o programa demonstra elevada capilaridade e capacidade operacional, totalizando 1.331 contratações distribuídas em diversos órgãos da administração estadual. Entre os principais demandantes destacam-se o PROCON-AL (250), a Secretaria de Estado da Educação (204), Secretaria de Estado da Fazenda (196) e o DETRAN-AL (91), evidenciando que o estágio tem sido utilizado como mecanismo de apoio técnico e renovação de talentos em diferentes áreas governamentais. Essa descentralização reforça a modernização da gestão pública, ao inserir estudantes em ambientes organizacionais diversos e conectados às necessidades reais do Estado.

No eixo do desenvolvimento de competências, os dados revelam alinhamento entre o programa e as demandas contemporâneas do setor público. Os cursos com maior número de contratados concentram-se em áreas estratégicas como Direito (505), Administração (163), Ciências Contábeis (88), Jornalismo (62), Ciência da Computação (56), Engenharia Civil (47) e Sistemas de Informação (37). Tal configuração evidencia que o programa contribui para a formação prática de futuros profissionais em campos essenciais à governança, inovação, controle, comunicação institucional e transformação digital.

Outro aspecto relevante refere-se à democratização do acesso e à inclusão social. Entre os contratados, 809 estudantes são oriundos de escola pública, enquanto 494 possuem inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), indicador associado à vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, 979 participantes ingressaram por cotas e 33 são pessoas com deficiência (PcD). Esses números demonstram que o estágio transcende sua função administrativa, configurando-se como política pública de equidade, geração de renda e mobilidade social para jovens em processo de formação acadêmica.

No campo da diversidade, o programa também apresenta resultados expressivos. A maioria dos contratados é do gênero feminino (772), seguida do masculino (542), indicando relevante participação das mulheres nos espaços institucionais do Estado. Quanto ao recorte racial, predominam estudantes autodeclarados pardos (623), brancos (449) e pretos (198), além de registros de indígenas e amarelos. Tais dados evidenciam a capacidade do programa de refletir a composição social alagoana e promover maior representatividade no serviço público.

A dimensão territorial igualmente merece destaque. Embora Maceió concentre 1.053 contratados, há participação de estudantes de municípios como Rio Largo, Arapiraca, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Satuba, Coruripe, Campo Alegre e Penedo. Essa interiorização reforça o papel do programa como instrumento de integração regional e ampliação de oportunidades para além da capital.

Dessa forma, conclui-se que o Programa de Estágio da SEPLAG/AL representa uma política pública multifuncional, capaz de gerar benefícios simultâneos para a administração pública e para a sociedade. Ao qualificar estudantes, promover inclusão social, estimular diversidade e fortalecer a capacidade operacional dos órgãos estaduais, a iniciativa produz valor público e contribui para uma gestão mais eficiente, inovadora e sustentável. Trata-se, portanto, de uma experiência relevante no contexto da modernização do Estado de Alagoas.



Figura 2: Painel Programa de Estágio de Alagoas, abr/2026.

6. Discussão: inclusão social e seleção eletrônica

A análise do Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas (SEPLAG/AL) evidencia que a iniciativa possui impacto que ultrapassa a dimensão administrativa, consolidando-se como mecanismo de inclusão social e democratização do acesso às oportunidades no setor público. Entre os elementos centrais desse processo, destacam-se a adoção da seleção em formato eletrônico e os critérios de priorização voltados a estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

7. Considerações Finais

O presente estudo evidenciou que o Programa de Estágio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas consolidou-se como relevante instrumento de modernização administrativa e inclusão social no âmbito do Poder Executivo estadual. Ao articular oportunidades de aprendizagem prática, critérios afirmativos de acesso e processos seletivos eletrônicos, a iniciativa

demonstra que políticas públicas de estágio podem gerar benefícios simultaneamente institucionais e sociais.

Os resultados analisados indicam contribuição efetiva para a democratização do acesso às oportunidades, especialmente para estudantes oriundos de escola pública, inscritos no Cadastro Único, cotistas e pessoas com deficiência. Tais evidências reforçam o papel do programa como mecanismo de promoção da equidade, da diversidade e da mobilidade social, possibilitando que jovens historicamente mais vulneráveis ingressem em experiências qualificadas no setor público.

No campo institucional, verificou-se que a ampla distribuição de estagiários entre órgãos estaduais fortalece a capacidade operacional da administração pública, contribui para renovação de talentos e aproxima a gestão governamental das novas competências exigidas pela transformação digital, inovação e foco em resultados. Além disso, a seleção eletrônica representa avanço em transparência, impessoalidade e eficiência, reduzindo práticas discricionárias e ampliando a confiança no processo seletivo.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel estratégico da Escola de Governo, especialmente por meio das ações de capacitação ofertadas aos estagiários. Ao integrar formação técnica, desenvolvimento socioemocional e compreensão do funcionamento estatal, o programa amplia seu impacto para além da ocupação temporária de vagas, contribuindo para formação cidadã e profissional dos participantes.

Conclui-se, portanto, que o Programa de Estágio da SEPLAG/AL constitui experiência exitosa de gestão pública inovadora, capaz de conciliar eficiência administrativa com compromisso social. Recomenda-se, para pesquisas futuras e aperfeiçoamento da política, o fortalecimento de mecanismos de **monitoramento** longitudinal, avaliação de egressos e mensuração de impactos de longo prazo na trajetória profissional dos beneficiários e no desempenho institucional dos órgãos atendidos.

8. Referências

BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. *Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/economia>. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União: Brasília, 26 set. 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). *Transparência e controle social*. Brasília: CGU, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu>. Acesso em: 04 maio 2026.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. *Desenvolvimento de competências para o setor público*. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://www.enap.gov.br>. Acesso em: 04 maio 2026.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Relatório institucional e diretrizes de desenvolvimento de pessoas no setor público. Brasília: ENAP, 2022.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IDB). *Better government for better lives*. Washington, DC: IDB, 2018. Disponível em: <https://www.iadb.org/en>. Acesso em: 04 maio 2026.

MOORE, Mark H. *Creating public value: strategic management in government*. Cambridge: Harvard University Press, 1995. Disponível em: <https://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674175587>. Acesso em: 04 maio 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Government at a glance 2019*. Paris: OECD, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/government-at-a-glance-22214399.htm>. Acesso em: 04 maio 2026.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Government at a Glance 2021*. Paris: OECD Publishing, 2021.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 75-88, 2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DO ESTADO DE ALAGOAS (SEPLAG/AL). Painel de monitoramento do Programa de Estágio. Dados administrativos institucionais, 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Referencial básico de governança organizacional*. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 04 maio 2026.

WORLD BANK. *GovTech: putting people first*. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/governance/brief/govtech>. Acesso em: 04 maio 2026.